

O projeto colonizador brasileiro e a colônia nacional Angelina

Diego Nones Bissigo

dnbissigo@hotmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Este artigo procura situar a implantação da Colônia Nacional Angelina, efetuada em 1860, dentro do contexto de discussão sobre a ocupação do território, a questão da mão-de-obra e da própria construção do Estado nacional brasileiro que ocorre no século XIX, especialmente a partir da sua segunda metade. A opção pelo imigrante estrangeiro não era uma idéia pronta, mas foi fruto de longas discussões e a existência de uma colônia de “nacionais” numa das províncias que mais recebeu colonos estrangeiros, como Santa Catarina, levanta questões sobre o posicionamento geográfico e a finalidade da fundação da supracitada colônia.

Palavras-chave: Colonização; Imigração; Santa Catarina; Nacionalismo

Abstract: This article intends to situate the foundation of the National Colony *Angelina*, in 1860, within the context of discussion about the territorial occupation, the labor force question and even the construction of the Brazilian national State that took place during the 19th century, especially from its second half on. The choice for the foreign immigrant was not a ready concept but it was shaped after long periods of discussion, and the existence of a colony of “nationals” in one of the provinces that hosted so many foreign colonizers like *Santa Catarina* rises up questions on the geographical position and the intentions of the foundation of the aforementioned colony.

Keywords: Colonization; Immigration; Santa Catarina; Nationalism

The colonizer Brazilian project and the national colony *Angelina*

A chamada “Colônia Nacional Angelina” foi um projeto colonizador, implementado em 1860, pouco explorado na historiografia sobre Santa Catarina. Tratava-se de uma pequena colônia agrícola composta por trabalhadores nacionais, não estrangeiros¹, diferenciada da corrente majoritária que estava se estabelecendo no país, pautada nos princípios do branqueamento populacional como forma de civilizar e melhorar cultural, econômica e racialmente a nação brasileira.

A colônia Angelina teve muitos percalços, comuns a várias outras, decorrentes dos acidentes geográficos, das dificuldades de comunicação e transporte, do clima e das relações políticas. Sua experiência, no entanto, como colônia “nacional” em meio a tantas colônias alemãs, numa província que se tornaria o Estado “mais europeu” do Brasil, não é de modo

¹ Pode-se entender “nacionais” como luso-descendentes e “estrangeiros” como alemães, italianos (dentre outros) e seus descendentes. O termo “nacional” é bastante encontrado nas fontes do período em oposição aos imigrantes (especialmente europeus).



algum desprezível. Ainda mais se considerarmos que o imigrante europeu também é o resultado gradual de uma ampla discussão no decorrer do século XIX.

Neste artigo, pretendemos situar essa discussão, que gradualmente instituiu o europeu como imigrante ideal ao longo do século, bem como inserir a colônia Angelina no contexto espacial e temporal: sua idealização, sua constituição e desenvolvimento e sua desconfiguração como colônia nacional, propondo-se sucintamente uma análise sobre a atual identidade do município de Angelina como reflexão.

A partir da consolidação do Estado nacional brasileiro, na década de 1850, uma série de medidas foram tomadas visando dar ao país identidade e contornos definidos, inclusive em termos práticos, como as fronteiras e os chamados “vazios demográficos”. Machado² aponta que esse período, de pacificação interna e definição de fronteiras, é acompanhado pela discussão de “pontos de estrangulamento” do desenvolvimento nacional, tais como a questão da mão-de-obra escrava, ocupação territorial, desenvolvimento interno e imigração.

Todos esses temas se encontravam interligados de algum modo. Um estado nacional estava se propondo desenvolver, ocupar seu território e constituir uma população que inevitavelmente seria de trabalhadores livres, visto que as medidas para a abolição da escravidão, ainda que graduais, estavam sendo tomadas³. A escravidão persistiria até as vésperas de sua abolição, em 1888, como fonte importantíssima de mão-de-obra, mas a preocupação sobre o futuro dessa mão-de-obra para a grande lavoura correu em paralelo, na segunda metade do século XIX, revelando as preocupações e intenções das elites brasileiras no poder, que buscavam achar substitutos para os escravos quando esse sistema se tornasse insustentável.⁴

Havia uma predileção pelo imigrante, mas ele não era ainda tido como um modelo ideal de trabalhador para o Brasil. A escolha do imigrante, e, além disso, europeu, foi, segundo Vainfas, sustentada “[...] na convicção de que o *branco* seria o elemento capaz de transformar o Brasil numa nação *civilizada*, posto que africanos e asiáticos eram tidos como racial e culturalmente inferiores”⁵. Para que se chegasse a tais conclusões, muitas discussões teóricas e tentativas práticas ocorreram.

A escolha do estrangeiro como substituto do escravo, por exemplo, foi se consolidando ao longo do século. Machado aponta que José Bonifácio já atribuía, em 1821,

² MACHADO, Paulo Pinheiro. *A Política de colonização do Império*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999, p. 63-64.

³ No período, a Lei Eusébio de Queiroz (1850), abolindo o tráfico atlântico de escravos para o Brasil é a mais conhecida.

⁴ BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Imigração e Família em Minas Gerais no Final do Séc. XIX*. 2002, p. 3.

⁵ VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 152.



laboriosidade e civilização aos alemães tornando-os aptos a serem amalgamados à população nacional imprimindo aos nacionais “atividade” e “moralidade”.⁶ Mas nem por isso o emprego de outras etnias ou nacionalidades deixou de ser cogitado ao longo do século XIX. Lima⁷ analisou a discussão acerca do “tipo ideal” de imigrante, especialmente nos registros do Congresso Agrícola de 1878, do qual participaram cafeicultores e outros latifundiários das províncias mais importantes. Em suas falas, várias etnias são cogitadas. Chineses, por exemplo, embora fossem defendidos por sua disciplina e tradições milenares, foram, por outro lado, condenados por pessoas como Nicolau Moreira, político de grande projeção nacional no período, médico adepto de idéias lamarckistas e darwinistas. Moreira defendia que os chineses, justamente por seu apego à tradição, eram fracos, pouco ousados, anti-progressistas, não levariam ao desenvolvimento e à civilização almejados.⁸

O emprego dos próprios brasileiros, os “nacionais”, também recebia muitas críticas, pois o nacional era considerado desapegado do trabalho, mau cumpridor dos contratos de emprego. Em réplica, sugeriu-se que houvesse mais preparação para o trabalho e melhores pagamentos. De qualquer modo, os políticos do Congresso Agrícola consideravam que a capacitação dos nacionais era um projeto futuro e que a solução imediata seriam os “tipos estrangeiros” dos quais, de modo geral, os europeus sobressaíram-se.⁹

Lembremos que até aqui se tratam de discussões sobre a substituição do escravo na grande lavoura, ou seja, não são discussões necessariamente voltadas à colonização física do território, mas ao preenchimento de vagas que, imaginavam as elites, inevitavelmente surgiriam na lavoura com o fim da escravidão. Essa era uma discussão que ocorria em paralelo, visando o uso dos “vazios demográficos” e proteção de fronteiras por meio do estabelecimento de colônias de pequena propriedade, com intenções implícitas maiores: aumentar a população branca no país como forma de conferir dinamismo e modernidade à população brasileira: “[Os imigrantes europeus] serviriam, também, de exemplo para a população nativa, enobrecendo o trabalho manual, ensinando artesanato e novas técnicas agrícolas, além de fornecer alimentos para o mercado local”.¹⁰ Ainda segundo Vainfas,¹¹ a idéia não era apenas “branquear” o país pela substituição do nacional pelo europeu, mas,

⁶ MACHADO, op. cit., p. 66.

⁷ LIMA, Sílvio C.S. *Determinismo biológico e imigração chinesa em Nicolau Moreira (1870-1890)*. 123 p. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005, p. 104-105. Disponível em: [http://www.coc.fiocruz.br/pos_graduacao/completos/limasc.pdf]. Acesso em 31 de maio de 2007.

⁸ *Ibidem*, p. 87-88.

⁹ *Ibidem*, p. 104-105.

¹⁰ VAINFAS, op. cit., p. 152.

¹¹ *Ibidem*.



também, prevendo-se alguma miscigenação, tornar a população já existente um pouco mais branca, supondo-se que o critério genético viesse a influenciar diretamente na moralidade e na produtividade. Nota-se que o europeu, que parece dotado de atributos como trabalho e moralidade, acabaria “enobrecendo” o trabalho manual, implementaria “novas técnicas” na agricultura nacional, além de melhorar o próprio caráter moral da população.

Assim, temos dois direcionamentos importantes para o imigrante europeu: ou a grande lavoura, ou a colônia de pequena propriedade.¹² O primeiro destino era o mais pretendido pela elite brasileira, desejosa de encontrar um modelo trabalhador substituto para os escravos. No entanto, a colonização de pequena propriedade, mais desinteressante às elites, além de ocupar espaços geográficos, também “branquearia” e “civilizaria” o Brasil, outra meta almejada na construção da nação a partir da metade do século XIX, cada vez mais influenciada pelas teorias racialistas. Desse último direcionamento surgiram a maioria das colônias de estrangeiros no século XIX.

Essa breve discussão visou situar as idéias de colonização, imigração e mão-de-obra no Brasil, mostrando-as interligadas no decorrer do século XIX, em constante discussão, levando a entender por que o imigrante (especialmente europeu), seja na grande lavoura ou na pequena colônia, prevaleceu, não como escolha óbvia, mas como fruto das discussões políticas e culturais da época. Essa prevalência não significou exclusividade, de modo que várias colônias, aos olhos de hoje, vistas como alternativas ao modelo majoritário, foram fundadas ao longo do tempo pelo território brasileiro e a Colônia Nacional Angelina, na província de Santa Catarina, foi uma delas.

Para compreender como surge sua concepção e que parâmetros nortearam essa colônia é preciso situar a província de Santa Catarina no plano de colonização. A Região Sul como um todo era tida por demograficamente vazia e, de algum modo, desprotegida, razão pela qual muitas colônias se fundaram nessas províncias desde os primeiros anos do Brasil como país independente. Por exemplo, em Santa Catarina, já em 1829, funda-se a Colônia São Pedro de Alcântara, composta por alemães que haviam cumprido serviço na Corte e haviam recebido terras do governo imperial.¹³ A escolha do terreno pareceu duvidosa para o ofício da agricultura, essencialmente montanhosa e pedregosa, fato reclamado por esta e outras colônias futuramente. Mas Jochem,¹⁴ Piazza¹⁵ e outros autores ajudam a entender a escolha do local.

¹² JOCHEM, Toni Vidal. *A formação da Colônia Alemã Teresópolis e a atuação da Igreja Católica (1860-1910)*. Palhoça: Ed. do Autor, 2002, p. 32.

¹³ JOCHEM, Toni Vidal. ALVES, Débora Bendocchi. *São Pedro de Alcântara: 170 anos depois 1829-1999*. São Pedro de Alcântara: Coordenação dos Festejos, 1999, p. 31-33.

¹⁴ *Ibidem*, p. 39.



São Pedro estava às margens do rio Maruíim, no continente fronteiro à Ilha de Santa Catarina, sobre a qual se assentava a capital Desterro. O local era ponto de passagem da “Estrada de Lages”, único caminho terrestre entre o litoral (polarizado pela capital) e o Planalto (polarizado na vila de Lages). A manutenção desse caminho aberto representava um ponto crucial na integração da província, até então, dividida em duas partes que coexistiam praticamente sem contato, separadas pela Serra Geral. A existência de colônias ao redor dessa estrada era fundamental para que ela se mantivesse aberta (transitável) e segura do ataque dos índios,¹⁶ que, além de não figurarem nos quadros populacionais dos “vazios demográficos” da nação, ainda eram considerados transtornos ao desenvolvimento dos interiores.

Como conseqüência, implementou-se uma política de criação de pequenas colônias na região: Vargem Grande (1837), Santa Isabel (1847), Leopoldina (1848), Santa Teresa (1853), Teresópolis (1860) e, enfim, Angelina (1860), todas correspondentes a atuais municípios da mesorregião geográfica da Grande Florianópolis. Pelas datas, nota-se que grande parte das colônias foi fundada ainda antes das grandes discussões da segunda metade do século XIX e já eram em sua maioria de estrangeiros. Por outro lado, há de se considerar que se tratam de empreendimentos muito pequenos, com pouca população, ou seja, eram projetos tímidos (ainda que válidos), que não representam necessariamente uma convicção definida sobre a escolha de estrangeiros para colonização mas, antes, tentativas.

Podemos considerar que Santa Catarina foi um “constante laboratório de experiências colonizatórias”, como definiu Walter Piazza¹⁷ a exemplo do pioneirismo de São Pedro de Alcântara, ou da colônia do Saí (de caráter fourierista, implantada em 1842), ou da colônia Santa Teresa (de caráter militar, enfatizando ainda mais a importância da Estrada de Lages), ou, enfim, da colônia nacional Angelina. Essa última foi fundada em 1860, já durante um período de “grande colonização”, numericamente maior, dotada de maiores incentivos do governo,¹⁸ a exemplo das colônias Blumenau (1850), Dona Francisca (1851) e Brusque (1860).

A existência de Angelina, sua fundação, seus propósitos, sua localização, são aspectos a serem analisados. No Relatório do presidente da província de Santa Catarina do ano de 1860, o presidente Francisco Carlos de Araújo Brusque expõe pela primeira vez sua intenção

¹⁵ PIAZZA, Walter Fernando. *Santa Catarina: história da gente*. 4 ed. Florianópolis: Lunardelli, 1997, p. 43.

¹⁶ JOCHEM, Toni Vidal. *Pouso dos Imigrantes*. Florianópolis: Papa-Livro, 1992, p. 10-13. O autor comenta nesse capítulo os esforços de abertura da Estrada de Lages desde o século XVIII ao fim do século XIX.

¹⁷ PIAZZA, Walter Fernando. *Angelina: um caso de colonização nacional*. Tese (livre-docência), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de História. Florianópolis: 1973, p. 22.

¹⁸ MACHADO, op. cit., p. 63-69.



de formar a tal colônia e ainda defende que a colonização nacional seja vista como alternativa legítima à questão da mão-de-obra no Brasil:

Sempre pensei, senhores, que a defficiencia dos braços no nosso paiz não reclamava sómente a emigração estrangeira, mas tambem saber melhor aproveitar os que já temos.

[...] Chegando a meu conhecimento que vagavão familias nesta provincia em busca de terras de lavoura, mas que não possuião os recursos para obtelas por meio de compra, solicitei do governo imperial a faculdade de vender a escolhidas pessoas nestas condições lotes de terras.

[...] Pretendo, pois, fundar uma colonia de nacionaes, escolhendo pessoas laboriosas, que, por não possuírem terras, trabalhão muitas vezes em terreno alheio, repartindo com o senhorio a metade dos produtos que colhem.

[...] O governo imperial dando aquella concessão fez um grande beneficio a esta provincia: a vós, senhores [referindo-se aos membros da Assembléa Legislativa Provincial], cabe também acompanha-lo no nobre empenho de promover sua prosperidade.

Conto, pois, que me auxiliareis nesta empreza com a quantia de 3:000\$.¹⁹

O presidente Brusque elogiou nos trabalhadores nacionais de sua futura colônia as mesmas virtudes laboriosas atribuídas aos europeus. A presença de nacionais nas colônias não era necessariamente nova, como demonstram alguns relatórios anteriores,²⁰ mas poucas foram as colônias de caráter pronunciadamente nacional. Angelina foi um desses casos e um pequeno trecho de suas instruções de instalação sintetiza bem essa intenção:

Art. 2º. Serão admitidos como colonos, os nacionaes que forem casados, ou viúvos com filhos, laboriosos, e de boa conducta civil e moral, que não possuírem terras de cultura, nem os meios de adquiril-as a dinheiro de contado.²¹

O seu caráter diferenciado pode ser o motivo pelo qual o presidente Brusque se empenhou, ao menos na sua argumentação, para que Angelina tivesse sucesso, como percebido em sua “fala” de 1863, num longo relato sobre o estado do empreendimento por ele idealizado:

¹⁹ Relatório do presidente da provincia de Santa Catharina, Francisco Carlos de Araujo Brusque, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1ª sessão da 10ª legislatura. Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil, 1860, p. 18-19.

²⁰ No Relatório de 1839, por exemplo, constam várias famílias “nacionais” na Colônia Italiana (atual Nova Trento) e nas primeiras tentativas coloniais nos rios Itajaí-Açu e Itajaí-Mirim – colônias de Pocinho e Belchior. (Discurso pronunciado na abertura da Assembléa Legislativa da provincia de Santa Catharina na segunda sessão ordinaria da segunda legislatura provincial em 1839 pelo respectivo presidente, o brigadeiro João Carlos Pardal. Cidade do Desterro, Typ. Provincial, 1839, p. 10).

²¹ GALVÃO, Ignácio da Cunha, RELATÓRIO sobre as Colônias de São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Rio de Janeiro: Tipografia de J.I. da Silva, 1867, p. 57-60 *apud* PIAZZA, 1973, p. 37.



[...] É tal o estado de penúria em que vivem os colonos, que tive, ao voltar a capital, de enviar-lhes algumas peças de algodão com que enroupassem seus filhos!

A Colonia Angelina deve, a meu ver, merecer dos poderes publicos mais desvelos do que qual quer outra, para que fique bem patente que não é impossivel a colonisação nacional.

Conto que o Governo Imperial, reconhecendo quão difficeis e estreitos são os recursos de Santa Catharina, dispensará a essa colonia toda proteção e favores. [...] ²²

O texto sugere um interesse pessoal no sucesso dessa colônia, enfatizando a necessidade e a possibilidade da colonização “nacional”. Por outro lado, a real intenção do presidente de província só poderia ser melhor sondada se conhecêssemos melhor sua biografia e suas idéias, lembrando que o relatório é um documento intencional, logo, sua fala não pode ser tomada como prova de seu real desejo no sucesso de Angelina.

O andamento da Colônia Nacional então estabelecida será acompanhado sucintamente neste artigo para termos a mínima dimensão dessa experiência colonial. A colônia foi implantada nos “fundos” da colônia de São Pedro de Alcântara, ou seja, a oeste, às margens do rio Mundéus e seguindo o que se chamou de “estrada velha de Lages”, pois esta havia trocado de rumo, sendo progressivamente substituído o vale do Maruim pelo vale do Cubatão como ponto de passagem para o caminho Litoral-Planalto.

Seu objetivo era tornar-se uma colônia agrícola, como as estrangeiras, motivo pelo qual foram escolhidos luso-descendentes dispostos a cultivar a terra, conforme o supracitado artigo 2º das instruções de instalação colonial.

Walter Piazza, em sua tese de livre-docência, ²³ fez um importante trabalho de transcrição, compilação e análise de informações relativas à Colônia Nacional, onde constam as listas dos primeiros moradores, seus filhos e os lotes que receberam. Conta que eram famílias geralmente naturais de “São José”, “Cambriú”, ²⁴ “Santo Amaro do Cubatão”, várias localidades em “Desterro”, mas não poucas famílias (luso ou teuto-descendentes) eram provenientes de São Pedro de Alcântara, indicando transmigrações e uma tímida inserção de estrangeiros desde o início da colônia nacional. Os dados do autor são de 1864, englobando desde a fundação da colônia em 1860.

²² Relatório apresentado á o exm. 1º vice-presidente da provincia de Santa Catharina, o commendador Francisco José Oliveira pelo exm. presidente, Pedro Leitão da Cunha por ocasião de passar-lhe a administração da mesma provincia em 19 de dezembro de 1863. Desterro, Typ. Commercial de J.A. do Livramento, 1863, p. 39.

²³ PIAZZA, 1973, p. 185-201.

²⁴ [sic] Camboriú.



Bem oportuno colocar a questão da localização de Angelina não apenas como uma tentativa colonial às margens de um caminho entreaberto, mas por ser uma colonização nacional em meio a várias colônias de estrangeiros. Piazza discute se haveria um fator “aculturador” ou “xenófobo” na inserção dessa colônia em meio a tantos núcleos estrangeiros e conclui que a exclusividade dos nacionais aliada à localização em meio a colônias alemãs “é, pois, um elemento aculturativo que se coloca, evidentemente, no complexo colonizador”.²⁵

Considerados os objetivos ideais de sua fundação, um acompanhamento da trajetória colonial pelos relatórios de presidente de província indica uma série de problemas e êxitos enfrentados pelos colonos. Sobre 1866, o presidente comenta que, com a situação principiando, “É summamente satisfactorio o estado deste estabelecimento colonial”,²⁶ referindo-se especialmente ao crescimento populacional que atingiu 635 pessoas, “...mais do duplo do que tinha em 1864, dous annos antes”.²⁷ De fato, a população colonial, iniciando em 107 habitantes, em 1861, chegou a 1870 com 977 habitantes, atingindo 1004 pessoas, em 1872, declinando para 835, no ano seguinte, e tornando a crescer até atingir 1475, em 1877. São esses os dados finais disponíveis nos relatórios e outras fontes, e também os organizados por Piazza.²⁸

Tentando analisar o que esses números significam no sucesso da colônia, vejamos o empreendimento após praticamente quinze anos, no relatório sobre 1874, em resumo: a população consistia em 1.155 habitantes, dos quais 624 eram homens e 531 mulheres. Do total, eram nacionais 1.124 (97,3%) e alemães 31 (2,7%), percebendo-se uma tímida entrada de estrangeiros, natural das transmigrações. O cultivo maior era de cana, mandioca, feijão e milho e, para consumo interno, arroz e algodão.²⁹

A análise dos governantes parece positiva. Por outro lado, em 1876, a população de Angelina era de 1.391 pessoas. Para efeitos de comparação, a colônia Brusque, fundada no mesmo ano (1860), já possuía 8.110 habitantes,³⁰ fazendo-se notar a diferença entre a imigração de menor porte, surgida de iniciativas aleatórias (como o povoamento da Estrada de

²⁵ Piazza, 1973, op. cit, p. 235.

²⁶ Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catharina na sua sessão ordinaria pelo presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda no anno de 1867. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1867, p. 11.

²⁷ Ibidem.

²⁸ PIAZZA, 1973, p. 218.

²⁹ Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catharina em 21 de março de 1875 pelo exm. sr. presidente da provincia, dr. João Thomé da Silva. Cidade do Desterro, Typ. de J.J. Lopes, 1875, p. 101-104.

³⁰ Falla com que o exm. sr. dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho abriu a 1.a sessão da 21.a legislatura da Assembléa Legislativa da provincia de Santa Catharina em 1.o de março de 1876. Cidade do Desterro, Typ. de J.J. Lopes, 1876.



Lages, na região de Desterro) e a imigração mais sistemática de empresas maiores (como no Vale do Itajaí, por exemplo).

Houve problemas, certamente. Piazza, em suas análises, os dividiu em várias categorias, tais como administração, saúde, escoamento de produção, falta de estradas, baixa produtividade de solos, dentre outros,³¹ apesar de os relatórios geralmente considerarem positivo seu andamento. Devemos lembrar que tais problemas não eram exceções no âmbito das investidas coloniais na região³² e mesmo no país, assim, a existência de sérias dificuldades enfrentadas pelos colonos não significa necessariamente que fossem consideradas um insucesso pelos poderes públicos. Em 1874, referindo-se ao ano anterior, o presidente da província comentou que Angelina “... poderá achar-se em prospero estado, mas á falta de recursos, e mesmo de bôa direcção, não tem tido maior desenvolvimento”.³³ No relatório sobre o ano seguinte, o mesmo presidente, João Thomé da Silva, comentou a diminuição de recursos para a colônia e comentou alguns atrasos: “A falta quase absoluta de estradas regulares tem muito concorrido para o atrazo e pouco desenvolvimento da lavoura desta colonia, não obstante a fertilidade das terras”.³⁴

Até por volta de 1875, a Colônia Nacional apareceu com grande freqüência nos relatórios provinciais, mas perde visibilidade nos seguintes devido ao crescente volume de imigração das demais colônias bem como a emancipação de várias delas, como Brusque e Blumenau (1880), e a criação de novos núcleos, especialmente no sul do Estado (como Azambuja e Grão-Pará, na década de 1880). Angelina volta a aparecer como “Ex-colônia Angelina” em 1888. Sobre os terrenos, naquele ano, o presidente Augusto Fausto de Souza afirma: “São fertilísimos; prestam-se ao plantio de arvores da Europa, já havendo nos terrenos cultivados as que produzem pêras, maçãs, cerejas e olivas. Como é sabido, d’ali e de Theresopolis e Capivary é que vem o abastecimento semanal ao mercado da Capital”.³⁵

Interessante notar que, enquanto outras colônias fundadas em mesmo período experimentavam algum grau de industrialização, Angelina e outras ex-colônias pareciam

³¹ PIAZZA, 1973, p. 61-176.

³² JOCHEM, 2002, p. 43-35, por exemplo, cita dificuldades reais da colônia alemã Teresópolis, fronteira à colônia nacional, tais como baixa fertilidade das terras, má demarcação dos lotes, a expansão das fronteiras agrícolas em busca de terras melhores e migrações de colonos insatisfeitos a outras colônias. Paralelamente, o discurso oficial elogiava o andamento do empreendimento colonial.

³³ Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catharina em 25 de março de 1874 pelo exm. sr. presidente da provincia, dr. João Thomé da Silva. Cidade do Desterro, Typ. de J.J. Lopes, 1874, p. 47.

³⁴ Falla com que o exm. sr. dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho abriu a 1.a sessão da 21.a legislatura da Assembléa Legislativa da provincia de Santa Catharina em 1.o de março de 1876. Cidade do Desterro, Typ. de J.J. Lopes, 1876, p. 94.

³⁵ Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catharina na 2.a sessão de sua 26.a legislatura, pelo presidente, Francisco José da Rocha, em 11 de outubro de 1887. Rio de Janeiro, Typ. união de A.M. Coelho da Rocha & C., 1888, p. 310.



estabelecer-se como o que hoje conhecemos por “cinturão verde” da capital. Nota-se que há descrições positivas e negativas durante todo o período da colônia, de 1860 a 1882, mas os problemas traçados pela busca de Piazza, o não-aparecimento da colônia nos últimos relatórios e a baixa população em comparação a outros empreendimentos coloniais, levantam a questão do seu insucesso ou de seu sucesso limitado. Walter Piazza elencou quatro motivos desse sucesso limitado para Angelina:³⁶ os terrenos acidentados sujeitos a muita erosão, a localização fora do eixo de maior movimentação de cargas (encarecendo o escoamento de produção), falta de atenção dos poderes públicos e o fato de Angelina não estar inserida numa “economia de mercado”. Para Piazza, a falta de maior êxito de Angelina representou: “[...] uma grande oportunidade que se perdeu, no Brasil, para demonstrar, cabalmente, o valor do luso-brasileiro, na tarefa não só de povoar, mas, especialmente, de criar as condições de desenvolvimento econômico-social através da rentabilidade da pequena propriedade agrícola [...]”.³⁷

A colônia, como tantas outras, foi paulatinamente se integrando à província e, posteriormente, estado de Santa Catarina: Em 1891 tornou-se distrito de São José e em 1960 emancipou-se politicamente tornando-se o município de Angelina.³⁸ Dos anos que separam o tempo presente de sua fundação, no século XIX, surge a última indagação deste artigo: as informações turísticas contidas na página eletrônica do governo estadual³⁹ referentes à cidade indicam sua origem como “alemã”, informação que se repete em vários meios. Ora, nota-se, pelas análises populacionais, que, ao menos no seu período como colônia, a maioria da população sempre foi composta de “nacionais”. Os últimos dados obtidos por Piazza indicam que, em 1877, a colônia possuía mais de 1400 habitantes dos quais, apenas 200 eram de origem alemã.⁴⁰ E o próprio autor concorda que esses poucos alemães teriam mais assimilado a cultura luso-brasileira que imposto a sua.⁴¹ Então, ainda que posteriormente os alemães tenham se tornado a maioria da população local – o que é bem provável, considerando a proximidade com outras colônias e o crescimento da demanda por terras à medida que aquelas famílias cresciam – isso ainda não explica o porquê do luso-brasileiro ser apagado da

³⁶ PIAZZA, 1973, p. 259.

³⁷ Ibidem, p. 261.

³⁸ Dados obtidos em IBGE, Dados Territoriais do Brasil, Angelina-SC, disponíveis em [<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/santacatarina/angelina.pdf>], acesso em 15 de maio de 2008.

³⁹ Informações disponíveis na página eletrônica do governo do Estado de Santa Catarina, seção Municípios. Disponíveis em [<http://www.sc.gov.br/portalturismo/Default.asp?CodMunicipio=230&Pag=1>] Acesso em 15 de maio de 2008.

⁴⁰ PIAZZA, 1973, p. 281.

⁴¹ Ibidem, p. 245.



memória da cidade e a experiência excepcional da colonização nacional ser posta em segundo plano – ou no esquecimento.

A exposição da trajetória política e econômica da Colônia Nacional Angelina foi extremamente simplificada e visava especialmente expor a existência desse empreendimento como projeto concreto de colonização nacional em meio – temporal e geograficamente – a tantas colônias de imigrantes, demonstrando a inserção de Santa Catarina na discussão lenta sobre o tipo ideal de imigrante. Assim, consideramos que o “nacional” também foi empregado na colonização ainda que, como mostraram resumidamente os dados, seu êxito não tenha sido o mesmo imaginado por seus idealizadores. A localização de Angelina, em meio a várias colônias alemãs e próxima ao caminho para Lages, indica seu posicionamento estratégico, tanto geográfica quanto culturalmente. Anos depois, quando Santa Catarina constantemente se afirma como um Estado “europeu”, “branco”, “descendente de imigrantes”, ressaltar a história pouco conhecida dessa colônia é enfatizar a multiplicidade de condições nas quais este Estado foi constituído e não deixar ignorar experiências coloniais geralmente ofuscadas sob a ênfase exaustiva da memória do modelo hegemônico de colonização européia.

Fontes

SANTA CATARINA. Discurso pronunciado na abertura da Assembléa Legislativa da Província de Santa Catharina na segunda sessão ordinária da segunda legislatura provincial em 1839 pelo respectivo presidente, o brigadeiro João Carlos Pardal. Cidade do Desterro, Typ. Provincial, 1839. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/926/index.html> . Acesso em 15 de maio de 2008.

SANTA CATARINA. Relatório do Presidente da Província de Santa Catharina, Francisco Carlos de Araujo Brusque, apresentado à Assembléa Legislativa Provincial na 1ª sessão da 10ª legislatura. Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil, 1860. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/947/index.html> . Acesso em 15 de maio de 2008.

SANTA CATARINA. Relatório apresentado ao 1º Vice-presidente da Província de Santa Catharina, o commendador Francisco José Oliveira pelo Presidente, Pedro Leitão da Cunha por ocasião de passar-lhe a administração da mesma província em 19 de dezembro de 1863. Desterro, Typ. Commercial de J.A. do Livramento, 1863. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/950/index.html> . Acesso em 15 de maio de 2008.

SANTA CATARINA. Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catharina na sua sessão ordinária pelo presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda no anno de 1867. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1867. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/954/index.html> . Acesso em 15 de maio de 2008.

SANTA CATARINA. Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catharina em 25 de março de 1874 pelo exm. sr. presidente da provincia, dr. João Thomé da Silva.



Cidade do Desterro, Typ. de J.J. Lopes, 1874. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/961/index.html> . Acesso em 15 de maio de 2008.

SANTA CATARINA. Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catharina em 21 de março de 1875 pelo exm. sr. presidente da provincia, dr. João Thomé da Silva. Cidade do Desterro, Typ. de J.J. Lopes, 1875. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/962/index.html> . Acesso em 15 de maio de 2008.

SANTA CATARINA. Falla com que o exm. sr. dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho abriu a 1.a sessão da 21.a legislatura da Assembléa Legislativa da provincia de Santa Catharina em 1.o de março de 1876. Cidade do Desterro, Typ. de J.J. Lopes, 1876. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/963/index.html> . Acesso em 15 de maio de 2008.

SANTA CATARINA. Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catharina na 2.a sessão de sua 26.a legislatura, pelo presidente, Francisco José da Rocha, em 11 de outubro de 1887. Rio de Janeiro, Typ. união de A.M. Coelho da Rocha & C., 1888. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/963/index.html> . Acesso em 15 de maio de 2008.

Dados estatísticos

IBGE, Dados Territoriais do Brasil, Angelina-SC. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/santacatarina/angelina.pdf>, acesso em 15 de maio de 2008.

SANTA CATARINA. Governo do Estado de Santa Catarina, seção Municípios, Angelina. Disponível em <http://www.sc.gov.br/portalturismo/Default.asp?CodMunicipio=230&Pag=1> Acesso em 15 de maio de 2008.

Referências

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Imigração e Família em Minas Gerais no Final do Séc. XIX*. 2002. Disponível em:
[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_His_ST4_Botelho_texto.pdf].
Acesso em 31 de maio de 2007.

JOCHEM, Toni Vidal. ALVES, Débora Bendocchi. *São Pedro de Alcântara: 170 anos depois 1829-1999*. São Pedro de Alcântara: Coordenação dos Festejos, 1999.

JOCHEM, Toni Vidal. *A formação da Colônia Alemã Teresópolis e a atuação da Igreja Católica (1860-1910)*. Palhoça: Ed. do Autor, 2002.

JOCHEM, Toni Vidal. *Pouso dos Imigrantes*. Florianópolis: Papa-Livro, 1992.

LIMA, Sílvio C.S. *Determinismo biológico e imigração chinesa em Nicolau Moreira (1870-1890)*. 123 p. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. Disponível em:
[http://www.coc.fiocruz.br/pos_graduacao/completos/limascscs.pdf]. Acesso em 31 de maio de 2007



MACHADO, Paulo Pinheiro. *A Política de colonização do Império*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

PIAZZA, Walter Fernando. *Angelina: um caso de colonização nacional*. Tese (livre-docência), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de História. Florianópolis: 1973.

_____. *Santa Catarina: história da gente*. 4 ed. Florianópolis: Lunardelli, 1997.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

